



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 210 / MARÇO-ABRIL 2022 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Cantoneiros de Belém alcançam o seu 1.º objectivo**
- 5 **Trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa e a sua reivindicação histórica**
- 8 **“Referendo” para os trabalhadores do período nocturno da Limpeza Urbana**
- 9 **haverá lugar a um salário-voucher?**
- 10 **STML reúne com Vice-Presidente da CML**
- 17 **31 de Março – Manifestação da Juventude Trabalhadora!**
- 18 **25 de Abril / 1.º de Maio**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 210 – MARÇO-ABRIL 2022

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Entrámos na corrida da inflação! Há muito que não se viam os preços de tudo a subir com uma velocidade tão vertiginosa como a que assistimos agora. Primeiro foi a pandemia e as despesas que muitos lhes associaram, depois a crise energética, agora a guerra no leste europeu. Argumentos que se somam ao enriquecimento de uns poucos à conta dos lucros exorbitantes gerados por todos nós. Afinal de contas, a crise não é para todos...

Da parte do futuro Governo, ainda por tomar posse, não deixa, mesmo assim, de assumir decisões para os tempos difíceis que se avizinham. Já temos um autovoucher, faltarão todos os restantes: gás-voucher, luz-voucher, renda-voucher, alimentação-voucher, saúde-voucher, educação-voucher, salário-voucher...

Por muitas das dificuldades que os trabalhadores atravessam actualmente, em especial os mais jovens que cada vez mais lhes é negada a estabilidade indispensável à construção de uma vida e um futuro dignos, realiza-se no **dia 31 de Março a manifestação nacional da juventude trabalhadora** numa jornada de luta que exige melhores salários e rejeita liminarmente a precariedade.

No município de Lisboa, o STML reuniu com o Vice-Presidente da CML, procurando encontrar respostas às inúmeras reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente sobre a actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, teletrabalho, pagamento às ordens profissionais, organização e horários de trabalho, contratação de pessoal objectivando a reforço, renovação e rejuvenescimento do actual 'quadro de pessoal'; entre muitos outros assuntos.

No universo das juntas de freguesia, sublinha-se como exemplo maior de organização e determinação, a luta dos trabalhadores-cantoneiros da Junta de Freguesia de Belém. A manifestação realizada no passado dia 9 de Março foi determinante para conseguir o seu principal objectivo, isto é, alcançar uma reunião entre o Executivo e o STML. Lutar vale sempre a pena, como não nos cansamos de afirmar!

Em Campolide e em Benfica avançamos para a celebração de um novo ACEP. Nas restantes Juntas de Freguesia, o STML mantém o contacto regular com os trabalhadores e, em alguns casos, com os respectivos Executivos, como nos casos de Arroios, Santa Maria Maior, Alvalade, Lumiar ou São Domingos de Benfica. Em Santa Clara, os trabalhadores constroem o seu Caderno Reivindicativo e na Estrela, o STML continua a construir condições para eleger um "Dirigente Local", ou seja, um Delegado Sindical, elemento determinante na acção e eficácia do Sindicato. Em suma, em todas as juntas de freguesia de Lisboa, o Sindicato mantêm-se firme no propósito maior de organizar os trabalhadores, de forma a melhor os representar e defender.

Nas empresas municipais, prevê-se para Março reuniões com os trabalhadores da GEBALIS e da EGEAC, procurando definir estratégias de acção que garantam os seus direitos e correspondam às suas expectativas. Caminho idêntico se prevê para a SRU. No MARL, aguardamos o agendamento de uma nova reunião com o CA para continuar a negociação do Acordo de Empresa.

Chegaremos ao mês de Abril com confiança e determinação na luta por melhores condições de trabalho e de vida, dando expressão às comemorações do 48.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974, momento determinante na História recente do nosso país, que permitiu abrir portas à liberdade e à democracia, enquanto dimensões só possíveis de entender se devidamente agregadas uma à outra. **25 de Abril SEMPRE! Fascismo nunca mais!** E porque a Revolução de Abril também foi contra a guerra, não desvalorizamos o momento que vivemos no plano internacional. É imprescindível a luta pela **PAZ SIM! Guerra não!**



A luta dos trabalhadores-cantoneiros da Junta de Belém alcançou finalmente o seu 1.º objectivo

Depois da **Resolução** entregue a 3 de Dezembro último em plenário realizado à porta da Sede da Junta de Freguesia, os trabalhadores-cantoneiros de Belém decidiram com o seu Sindicato não adormecer no processo reivindicativo que procura dar respostas às suas expectativas. Decidiu-se neste sentido durante o mês de Janeiro, dinamizar um **abaixo-assinado** que no mês seguinte, em Fevereiro, recolheu a concordância de 38 dos 40 trabalhadores deste sector profissional.

É importante nesta fase relembrar que de todas as reivindicações que constavam na **Resolução** entregue a 3 de Dezembro, dois problemas foram entretanto solucionados, nomeadamente a distribuição de fardamento e a limpeza adequada das instalações. A luta começava de facto a dar resultados. Contudo, outros assuntos mantinham-se por solucionar. Do **abaixo-assinado**, constavam os seguintes pontos:

- Negociação e celebração de um Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) que permita igualarem os direitos de trabalhadores de muitas outras freguesias de Lisboa, nomeadamente a majoração dos dias de férias via avaliação de desempenho;
- Planeamento e realização da formação profissional adequada a esta área de actividade, permitindo melhorar as competências dos trabalhadores e, com isso, a qualidade do serviço público que pode e deve ser prestado na freguesia;
- Intervenção e melhoria das actuais condições de trabalho no Posto de Limpeza da Travessa da Saúde, de natureza não estrutural, que respeitem as matérias de saúde e segurança no trabalho determinadas legalmente;
- Respeito pelo tempo pessoal do trabalhador, evitando a marcação pelos responsáveis da Junta de Freguesia de qualquer actividade extraprofissional nesse período;
- Abertura de concurso público de admissão de pessoal propondo a regularização da situação contratual de todos os trabalhadores que, desempenhando funções de carácter

permanente têm, todavia, um contrato de trabalho precário (a recibos verdes);

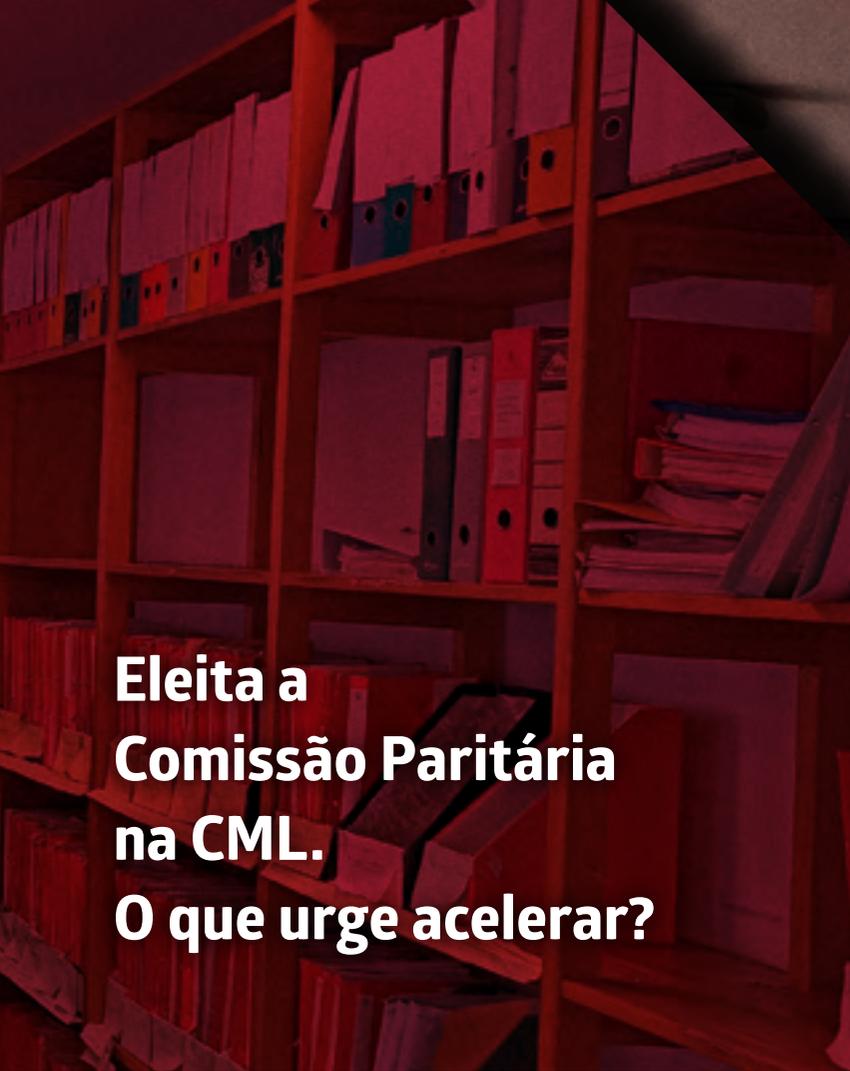
O **abaixo-assinado** terminava com a solicitação de uma reunião urgente entre o Executivo e o STML para debater e encontrar as melhores soluções às matérias supramencionadas. É pertinente relembrar que a última reunião entre o Sindicato e o Executivo da Junta de Belém ocorreu a 3 de Janeiro de 2020, ou seja, há mais de 2 anos!

Dinamizado o abaixo-assinado e recolhidas as assinaturas mais do que necessárias, decidiu-se colectiva e democraticamente realizar a **9 de Março** uma manifestação do Posto de Limpeza da Travessa da Saúde para a Sede da Junta de Freguesia. Neste dia, os trabalhadores deram uma resposta ímpar! Organizados pelo seu Sindicato, transpiraram confiança, unidade e determinação. Chegados à Sede da Junta de Freguesia, o abaixo-assinado foi entregue em mãos ao Presidente Fernando Rosa. Comprometeu-se o autarca em reunir com o STML a 25 de Março, propondo debater os problemas expostos, além de iniciar as negociações em torno da possível celebração de um ACEP.

O objectivo imediato de todo um processo reivindicativo iniciado no Verão de 2021, foi positivamente alcançado. Aos trabalhadores-cantoneiros de Belém, exemplo maior da ideia de que “lutar vale sempre a pena”, deixamos uma saudação muito especial. Quando todos se envolvem na resolução dos seus próprios problemas, mais fácil é o caminho com vista à sua efectiva resolução.

O STML dará conta em tempo oportuno dos eventuais consensos que resultarão da reunião com o Executivo da Junta, sabendo que não baixaremos os braços enquanto não forem respeitados os direitos e as expectativas dos trabalhadores da freguesia de Belém.

**Lutar vale sempre a pena!
Unidos, organizados e determinados!**



Eleita a Comissão Paritária na CML. O que urge acelerar?

Desde de há muito que os Sindicatos da Função Pública através da Frente Comum, tem feito ouvir a voz dos trabalhadores que representam, exigindo a revogação do SIADAP. Muito se tem escrito nestas páginas sobre os malefícios deste tipo de avaliação, e quais os seus verdadeiros objectivos, que em nada têm que ver com a melhoria dos Serviços Públicos ou com o empenho dos trabalhadores que os corporizam, mas apenas com uma visão meramente economicista do Estado.

Estando em março de 2022, boa parte dos trabalhadores da CML continuam à espera que as suas avaliações sejam homologadas em definitivo, possibilitando a todos aqueles que atinjam os famigerados 10 pontos a 1 de janeiro de 2021, possam subir na tabela remuneratória para a posição seguinte. A avaliação em causa reporta ao biénio 2019/2020. Porquê então todo este atraso? Falta de pessoal? Pandemia? Desorganização? O que o STML conclui, é que estamos perante um pouco de todas as razões. O que é evidente, é que uma vez mais são os trabalhadores que acabam por ser prejudicados, pois quando receberem os retroactivos da progressão lá irão descontar valores inusitados de IRS por ultrapassarem os escalões em que, em situações normais e atempadas de pagamento, levariam a retenções bem menores desse imposto.

As queixas dos trabalhadores da CML nesta matéria têm um claro fundamento. Não fosse já por si este sistema injusto e iníquo, agrava-se ainda mais o mesmo com atrasos intoleráveis e irregulares, defraudando a justa expectativa que os mesmos acalentam. Em 14 de outubro de 2021, realizaram-se finalmente as eleições para a Comissão Paritária (CP) previstas para abril de 2020, com o fim de eleger os dois vogais representativos dos trabalhadores. A CP tem o objetivo de apreciar reclamações interpostas pelos trabalhadores sobre o resultado da sua avaliação. Tendo sido já publicado em Boletim Municipal o *Despacho nº20/P/2022* de 10 de fevereiro, publicitando o nome dos vogais efectivos e dos suplentes, falta agora a CML criar condições objetivas para que a recém-eleita CP possa funcionar, cumprindo a sua missão e defendendo os interesses de quem é injustamente avaliado. O STML não deixará de acompanhar os seus trabalhos.



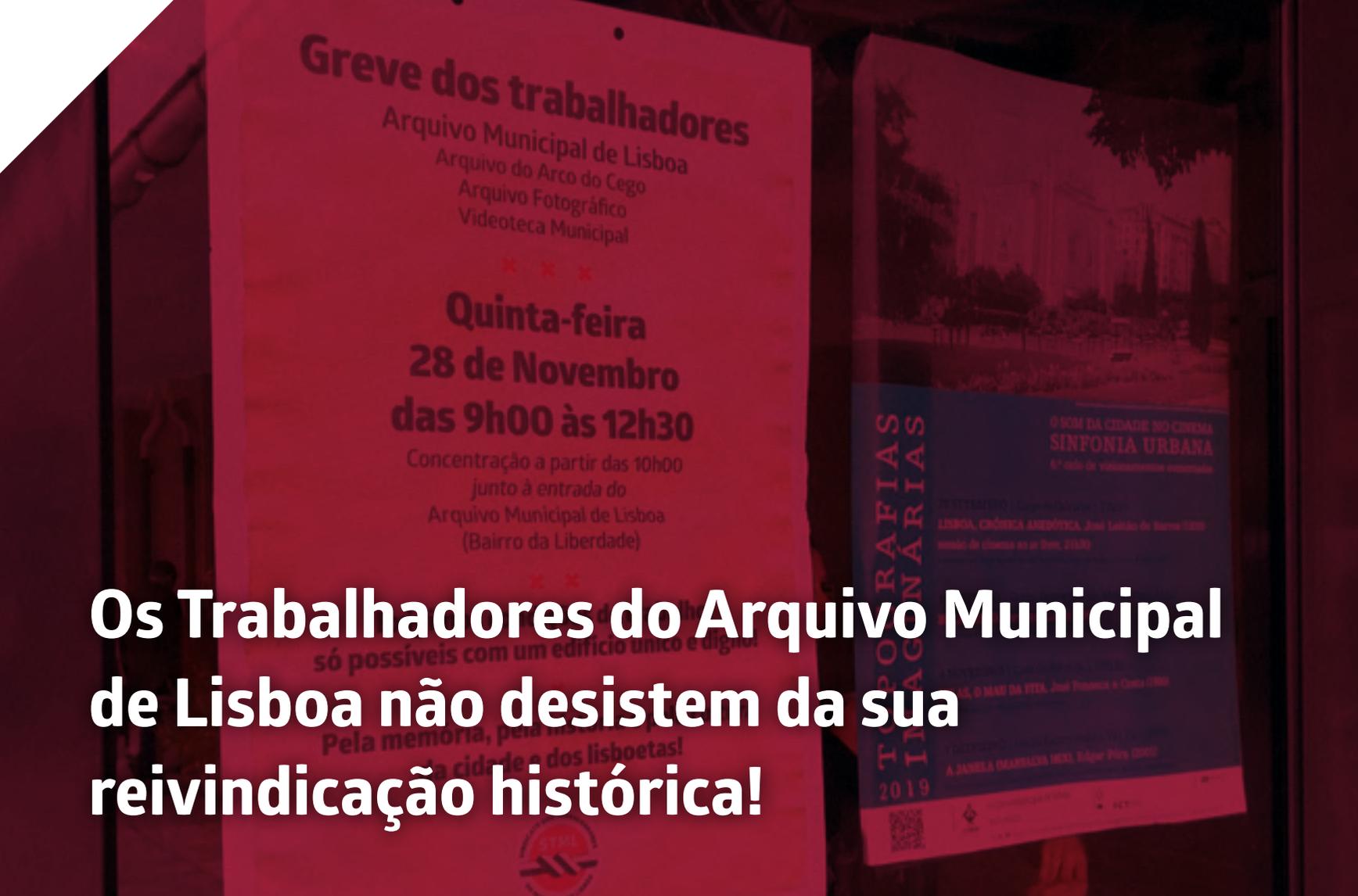
STML contacta os trabalhadores de diversas áreas técnicas e administrativas

Entre Fevereiro e Março, o STML voltou a contactar os trabalhadores das áreas técnicas e administrativas dos edifícios do Campo Grande, dos serviços municipais distribuídos pelo edifício da CGD na Rua do Ouro, também da DOEP e dos Gabinetes dos Vereadores da oposição, estes dois últimos localizados na Praça do Município. Estivemos igualmente com os trabalhadores do DMC, na Rua Nova de Almada, e com os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa, no Bairro da Liberdade.

Muitas foram as questões levantadas pelos trabalhadores, como a falta do pessoal necessário, problema evidente na Divisão de Contra Ordenações (edifício CGD), mas também inúmeras dúvidas sobre a avaliação de desempenho, o pagamento às Ordens Profissionais, os horários de trabalho ou o teletrabalho.

No momento em que escrevemos este artigo prevê-se para o dia 14 de Março, uma reunião com o Vice-Presidente da autarquia, onde estarão previsivelmente presentes também os responsáveis municipais da DMRH. Muitos destes assuntos serão debatidos com os responsáveis da CML, na expectativa de construir caminhos que correspondam aos anseios e aos direitos dos trabalhadores.

Ainda durante o mês de Março, estão igualmente previstas visitas à Direcção Municipal de Higiene Urbana e respectivo Departamento (CM Olivais 2), para além do Serviço Municipal de Protecção Civil e Espaço Monsanto. O propósito será contactar e auscultar os respectivos trabalhadores sobre os assuntos que mais lhes digam respeito.



Os Trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa não desistem da sua reivindicação histórica!

A história nasce quando encontra forma de imortalizar os acontecimentos que a marcaram. E neste processo, se os historiadores são os especialistas na sua produção, os arquivistas são os especialistas da sua protecção e divulgação. Desta forma, será de esperar que o tempo – a matéria-prima da História – seja sempre um efectivo aliado dos arquivos, e não um opositor como se afirma na realidade do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), que espera há várias décadas que a sua história seja reescrita de forma digna e glorificante.

Não são certamente desconhecidas as razões desta espera, tendo em conta as inúmeras vezes que o STML evidenciou todo o percurso reivindicativo, que une há já diversos anos os trabalhadores do AML e o seu sindicato, numa persistência fundamentada na razão em exigir um **“edifício único e digno para o AML”**. Contudo para que a memória não nos atraíçoe, recordamos de forma sucinta o que sustenta esta reivindicação.

As décadas de esquecimento de sucessivos executivos camarários, que redireccionaram ou mantiveram os serviços centrais do AML em edifícios de utilização múltipla, isto é, partilhando o mesmo edificado com fracções de habitação e/ou comércio, é acompanhada de uma tendência de instalação dos depósitos nas subjacentes e inadequadas caves e parques de estacionamento destes edifícios, sujeitando documentos com mais de oito séculos de existência, a infiltrações de água, oscilações drásticas de humidade e temperatura, agentes biológicos nocivos, parasitas e em alguns casos mesmo roedores. Ou seja, em suma a todas as situações indesejáveis ao processo de preservação documental.

A revogação desta forma de gestão precária da “memória da cidade”, têm vindo a conhecer uma luta intensa desde fins de 2017, sendo esta marcada por inúmeras iniciativas de sensibilização quer do executivo, passando pelos partidos políticos com presença nos órgãos públicos da cidade, quer da opinião pública. Só mesmo a pandemia ‘arrefeceu’ este processo.

Assim, cerca de dois anos após o início da situação pandémica, e que exigiu uma readaptação do trabalho, pautada em muitos casos pelo teletrabalho, o STML considerou existirem condições para a retoma da normalidade, nomeadamente através da realização de reuniões presenciais com os trabalhadores no AML. Neste sentido, realizou-se no passado dia 10 de Março um plenário nas instalações do Bairro da Liberdade, estendendo a iniciativa a todos os trabalhadores dos restantes núcleos do Arquivo Municipal.

Apesar de vivermos ainda um contexto marcado por inúmeras incertezas, seja por um novo Executivo ainda em processo de estabilização, ou quer pela falta de clareza deixada pelo anterior, que encerrou funções sem ter fechado a primeira etapa de negociações com o Ministério da Defesa para a aquisição do Convento de Chelas, verifica-se que todas estas incertezas não dissiparam a motivação dos trabalhadores do Arquivo, ou seja, a vontade em continuar o processo de luta iniciado no período pré-pandémico. Do debate de ideias, sustentou-se como primeiro passo o pedido de reunião do STML com o novo Vereador da Cultura, com o objectivo de apresentar o processo reivindicativo em curso no AML.

Presentes na ordem de trabalho da reunião estarão ainda outras questões como a demora das obras de impermeabilização dos pátios do núcleo do Bairro da Liberdade. Recorde-se que até a Assembleia Municipal de Lisboa considerou como urgentes estas intervenções, tendo votado uma *Recomendação* nesse sentido na sessão de 10 de Dezembro de 2019, evocando-se que deveriam ocorrer na Primavera de 2020 de forma a evitar o impacto das intempéries do Inverno seguinte. Contudo, em pleno Inverno de 2022, nada foi feito até agora.

O STML não deixará eternizar mais uma vez a solução pretendida pelos trabalhadores do AML, estando certos de que para isso contará mais uma vez com o envolvimento de todos neste processo.

Os problemas identificados na Rede de Bibliotecas sob alçada da CML

Em fins de Fevereiro e inícios de Março, o STML esteve em todas as bibliotecas municipais auscultando os seus trabalhadores, para além de identificar e actualizar os problemas que os constroem, principalmente em termos de condições físicas e horários de trabalho. Neste sentido, estivemos nas Bibliotecas de Belém, Camões, Alcântara, Orlando Ribeiro, Penha de França, Marvila, Galveias e Coruchéus. Também na Hemeroteca e no SATT.

Não desvalorizando em medida alguma as particularidades de cada equipamento, há no entanto um conjunto de problemas que parecem ser transversais a todas as bibliotecas, reportados por quase todos os seus trabalhadores. Em primeiro lugar, a carência de pessoal e de técnicos nas três carreiras (AO-AT-TS). Em segundo lugar, a importância em esclarecer e distinguir o horário de trabalho com o horário de funcionamento ao público, para além de avaliar o regresso do trabalho de segunda a sexta-feira, pondo cobro ao actual regime de segunda a sábado, com folgas a serem gozadas previamente ao dia de trabalho que efectivamente as justificam.

O Sindicato tem consciência que a matéria que envolve a eventual discussão com a CML sobre os horários de trabalho, não tem a mesma importância para todos os trabalhadores, pelo que se justifica, como ideia proposta por alguns dos seus profissionais, a realização de um “referendo” propositando perceber qual a base real que permite levar avante esta possível negociação. **Neste caminho se compromete o STML.**

Quanto às condições de trabalho, é raro a biblioteca que não apresente problemas a que urge dar resposta. Na **Biblioteca Camões**, apesar das melhorias realizadas em 2020/2021, muito pela intervenção persistente do STML, mantêm-se por

solucionar matérias de âmbito estrutural. Na **Orlando Ribeiro**, para além do elevador à espera de reparação há mais de um mês, verificam-se infiltrações em alguns espaços, impossibilitando o seu uso. O mesmo se verifica em **Belém**. No campo da climatização, permitindo um ambiente controlado e adequado tanto para trabalhadores como munícipes, há constrangimentos em **Marvila, Coruchéus e nas Galveias**.

Por outro lado, multiplicam-se as críticas dos trabalhadores da **Hemeroteca e do SATT**, face às condições de armazenamento e conservação dos respectivos materiais, num assunto há muito conhecido de todos e que até agora a CML não soube ou não quis solucionar. No essencial, não é aceitável que zonas de garagens acondicionem livros e publicações sem o mínimo de dignidade e muito menos segurança. No **SATT** em particular, eleva-se a denúncia sobre a possibilidade deste serviço ser transferido para as Torres do Alto da Eira. Os trabalhadores opõem-se claramente a esta eventualidade, criticando ainda o facto de nunca terem sido envolvidos na discussão sobre este tópico. A eles, se junta o STML que não aceita que processos desta natureza sejam decididos sem um envolvimento amplo de todos os principais visados, especialmente de quem dá corpo e substância a este serviço.

Ainda durante o mês de Março, é intenção do Sindicato solicitar uma reunião ao Vereador da Cultura, procurando apresentar e debater soluções sérias face aos problemas dos trabalhadores da Rede de Bibliotecas. Um serviço público de qualidade, ao dispor da cidade e da sua população, só pode ser alcançado se os direitos e as expectativas dos trabalhadores forem respeitados e satisfeitas.



CADERNOS REIVINDICATIVOS – INSTRUMENTOS PARA A LUTA!

Espaços Verdes

Há muito que o STML tem praticamente finalizado o *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores dos espaços verdes da autarquia de Lisboa. Espera-se durante os meses de Março-Abril, concluir definitivamente este documento, debatendo e envolvendo os trabalhadores-jardineiros na decisão sobre a forma que poderemos adoptar para a sua entrega ao Presidente da CML. Para alcançar respostas concretas e sérias aos muitos problemas que afectam os profissionais deste sector de actividade terá que obrigatoriamente existir uma responsabilização e um envolvimento colectivo. Outro caminho será criar falsas ilusões, além de agravar uma realidade já de si precária. Desde a necessidade de reforçar o actual número de jardineiros, melhorar condições de trabalho e proceder às intervenções e obras necessárias nas suas 11 instalações, ou investir na aquisição de ferramentas e meios mecânicos que de facto contribuam para a melhoria do serviço público que pode e deve ser prestado à população e à cidade de Lisboa. Valorizar os trabalhadores, respeitando os seus direitos e expectativas, garante de uma “Lisboa Verde” real e palpável, em detrimento da cidade meramente imaginada pela cabeça dos últimos governantes da cidade.

Cemitérios

Também nos cemitérios de Lisboa, o Sindicato irá avançar com reuniões com os trabalhadores-coveiros para debater e construir o seu *Caderno Reivindicativo*. Muitos são os problemas que afectam este sector profissional, principalmente o que se prende com a necessidade urgente de reforçar, renovar e rejuvenescer o quadro dos seus profissionais. Se a média etária na CML ronda os 52 anos de idade, nos cemitérios essa média é bem mais elevada, já para não referir a carência gritante do número de trabalhadores aptos para o serviço. Por outro lado, urge igualmente dotar esta área de meios mecânicos adequados a cada realidade cemiterial que de facto permitia realizar um trabalho mais eficiente e principalmente menos penoso para os trabalhadores. Não se justifica que no tempo actual, se continue a desgastar fisicamente os coveiros com metodologias de trabalho do século passado, sabendo inclusive que existem meios tecnológicos à disposição (máquinas e ferramentas) que podem dar uma resposta cabal aos trabalhos que são realizados nos cemitérios. O investimento público neste sector de actividade é assim uma prioridade reivindicativa para o STML, que não deixará de a defender junto do actual Executivo municipal.

Limpeza Urbana

Durante o mês de Março, o STML através da sua estrutura sindical – Dirigente e Delegados – dará início à discussão e pla-

neamento dos contactos – visitas e plenários – que deverão ser realizados expectavelmente durante o mês de Abril em todas as instalações da higiene urbana, de forma a auscultar e debater com os trabalhadores – cantoneiros e condutores – a construção do respectivo *Caderno Reivindicativo*. Os problemas são conhecidos, outros interessará actualizar e aprofundar, permitindo alicerçar um documento o mais próximo possível da realidade que hoje marca este sector e os seus profissionais. Como notas transversais, a ideia objectiva que identifica a necessidade no reforço de pessoal; da actualização do suplemento de insalubridade e penosidade; da melhoria das instalações, principalmente a nível das respectivas caldeiras, ou na organização do trabalho em termos de horários e trabalho suplementar. Caberá aos trabalhadores envolverem-se na resolução dos seus próprios problemas, como elemento essencial à sua superação.

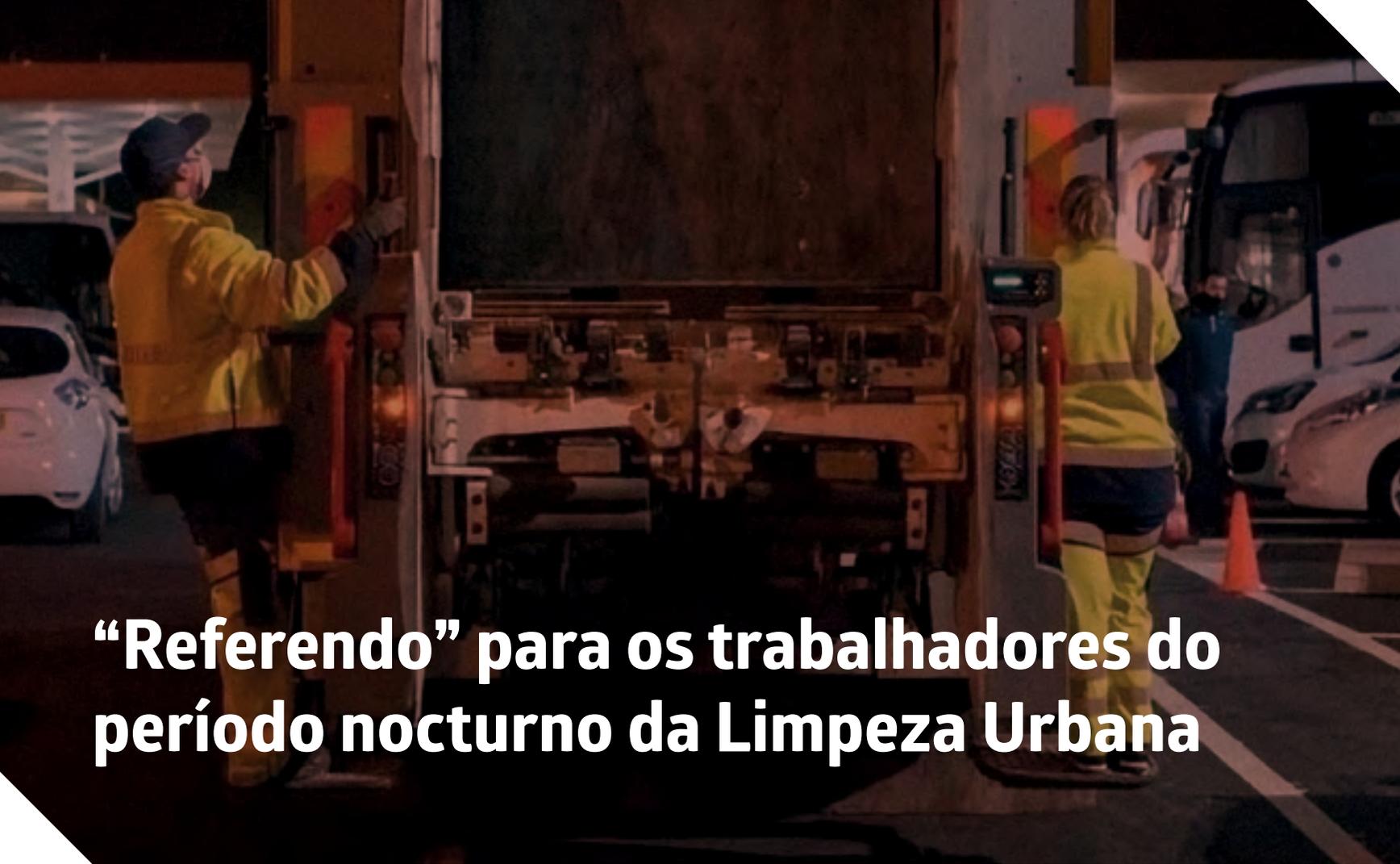
Sobre as reivindicações dos trabalhadores da Casa dos Animais de Lisboa

A 20 de Janeiro, uma delegação de trabalhadores da Casa dos Animais de Lisboa (CAL) e da Direcção do STML concentrou-se na Praça do Município, com o objectivo de entregar ao Presidente da CML um **abaixo-assinado** onde constavam um conjunto de problemas aos quais se exigiam respostas urgentes.

Trabalhadores e STML foram recebidos nesse dia pelo Chefe de Gabinete do Presidente da autarquia e pelo Assessor do Vereador com a tutela da CAL. A CML afirmou então que iria avaliar os problemas descritos no **abaixo-assinado**, tendo afirmado desconhecer os constrangimentos que nesse dia expusemos. Neste sentido, iriam igualmente avaliar as possíveis soluções para os ultrapassar.

Passado cerca de um mês e meio desta iniciativa, na reunião realizada a 14 de Março com o Vice-Presidente da CML, o STML solicitou informações sobre a resolução dos problemas identificados. Da parte do Adjunto do Vereador responsável pela CAL, foi transmitido que sobre o novo balneário (em fase de construção), será disponibilizado para os trabalhadores tratadores-apanhadores, invertendo a percepção inicial. Por outro lado, sobre a possibilidade de reabrir o refeitório, houve boa aceitação desta reivindicação, esperando que a mesma suceda a breve prazo. Também houve lugar ao reforço do número de trabalhadores no período noturno (00h00 às 08h00), conforme exigiam trabalhadores e Sindicato.

Espera-se num curto espaço de tempo reunir com o Vereador Ângelo Pereira, de forma a encontrar respostas e soluções aos restantes problemas. Contudo, podemos afirmar nesta fase, que a luta assumida entre Dezembro e Janeiro já deu resultados, confirmando a tese que ‘lutar vale sempre a pena’, quando os trabalhadores, unidos e organizados, não baixam os braços pela resolução dos seus problemas.



“Referendo” para os trabalhadores do período noturno da Limpeza Urbana

Em 2019, um número muito significativo de trabalhadores da higiene urbana do período noturno desafiou o STML (e o STAL na realidade própria das garagens dos Olivais 3, NOR) para a realização de um “referendo” que procuraria determinar a vontade deste grupo profissional sobre a eventualidade da mudança do dia de descanso obrigatório (comumente apelada de “folga obrigatória”). Em suma, a ideia passaria por mudar o dia de descanso obrigatório do actual domingo/segunda-feira para sábado/domingo. A pandemia atrasou a realização do “referendo” até o passado mês de Fevereiro. No dia 16 deste mês, as Direcções do STML e do STAL desdobraram-se por todas as instalações da higiene urbana, informando e esclarecendo os trabalhadores do período noturno. Na semana seguinte, a 24 de Fevereiro, realizou-se então a votação em todas as instalações da CML. Os resultados foram os seguintes:

Local de Trabalho	Total de Votantes	Domingo/ Segunda	Sábado/ Domingo	Votos Nulos
Filipe da Mata	36	13	22	1
Telheiras	23	14	9	0
Boavista	22	7	15	0
Restelo	10	6	4	0
Olivais Sul	14	3	10	1
COR	111	39	72	0
NOR	89	36	52	1
TOTAL	305	118	184	3

Interessa realçar que o universo dos trabalhadores do período noturno é composto aproximadamente por 500 profissionais, resultando assim, que só 61% dos trabalhadores exerceram o seu direito de voto. Percentagem que desejavelmente deveria ter sido superior. Na noite de 24 de Fevereiro, encontravam-se nas várias instalações da Higiene Urbana 393 trabalhadores dos

quais 305 votaram, ou seja, 77,6%. Dos trabalhadores que votaram, 184 (60,3%) votaram a favor pela mudança do dia de descanso obrigatório, enquanto 118 (38,7%) votaram por manter a actual organização do trabalho. Estes 60,3% correspondem, na prática, à vontade de 36,8% do universo aproximado de trabalhadores no período noturno (+/- 500).

Considerando que ambos os Sindicatos promotores deste “referendo”, nomeadamente STML e STAL, afirmaram desde o primeiro momento que seriam necessários 66,6% (ou 2/3) que revelasse uma maioria expressiva por uma eventual mudança, chegamos à conclusão que não foram reunidas as condições para apresentar ao Executivo Municipal uma proposta que pudesse alterar a actual organização do trabalho, especificamente os dias de descanso semanal complementar e obrigatório dos trabalhadores do período noturno da higiene urbana.

Valoriza-se a forma como um número muito relevante de trabalhadores aderiu a esta iniciativa, fazendo valer a sua opinião individual de uma forma democrática, revelando simultaneamente um espírito de enorme responsabilidade e civilidade. Continuaremos a acompanhar a realidade da higiene urbana, dando corpo e substância às expectativas dos trabalhadores, cantoneiros e condutores, nunca baixando os braços na defesa dos seus interesses e direitos.

Depois da realização do “referendo”, o STML prevê realizar em Março uma reunião com todos os Dirigentes e Delegados sindicais da limpeza urbana de forma a definir um plano de trabalho que conduza à construção com todos os trabalhadores deste sector do seu *Caderno Reivindicativo*, além de debater a proposta de Mapa de Feriados para 2022, enviada para o Sindicato a 11 de Março pela Direcção Municipal de Higiene Urbana.

Por último, o STML aguarda da parte do Vereador responsável, uma resposta ao pedido de reunião do Sindicato. Muitos são os assuntos que queremos debater, alguns com urgência para a sua resolução.



Aumento de 0,9% para os trabalhadores da função pública com a taxa de inflação nos 3,3% em Janeiro e 4,2% em Fevereiro...

haverá lugar a um **salário-voucher?**

Em Novembro, o Governo PS de António Costa sustentava a sua proposta de aumento salarial aos trabalhadores da administração pública em 0,9% para 2022, tendo como referência a taxa de inflação previsível... Afirmavam igualmente os responsáveis políticos do país que os 0,9% tinham um reflexo residual no Orçamento do Estado, o mesmo que foi chumbado posteriormente por todos os partidos com assento no Parlamento, à excepção naturalmente do voto favorável do PS e da abstenção do PAN e dos deputados não inscritos. Aliás, apesar de chumbada a proposta de OE/2022, tal não impediu que se avançasse com o aumento anunciado logo em Janeiro deste ano, seguramente garantindo mais uns votos no PS para as eleições que se pre- viam a 30 desse mês. Um voto assente num aumento de 3 a 4 euros por mês...

À margem de percepções construídas que em nada resolvem os problemas dos trabalhadores da função pública, em Janeiro de 2022, segundo o INE, a taxa de inflação para Portugal chegou aos 3,3% e em Fevereiro aos 4,2% (na zona Euro a inflação foi de 5,1% em Janeiro). Tudo indica que facilmente chegaremos a uma taxa de inflação no nosso país, acima dos 5% muito antes das previsões até agora conhecidas, que apontavam o fim do 1.º semestre deste ano para atingir essa marca.

No meio desta corrida à inflação, também às armas e à guerra pelo que se vê pelo aumento das despesas militares anunciadas por um governo de gestão (a tomada de posse do governo

liderado por António Costa só está prevista para fins de Março, inícios de Abril), não se consegue vislumbrar de maneira alguma uma corrida aos salários, e muito menos à Paz que se exige im- preterivelmente, que acompanhe a subida vertiginosa dos pre- ços de tudo.

Com o eclodir da guerra no leste europeu, emergiu um novo argumento para subir novamente os preços, principalmente da energia e dos bens essenciais de consumo. Servirá também para negar respostas aos problemas dos trabalhadores, não tenha- mos dúvidas. O mesmo governo em gestão assume a política do *autovoucher* – um reembolso mensal de 20€ quando houver um consumo superior a esse valor em Estações de Serviço de Com- bustíveis. Faltarão saber quando adoptarão o ‘saláriovoucher’ para os trabalhadores da função pública que há mais de uma década perdem poder de compra, agora em ritmo muito mais acelerado.

A nossa “sorte” é que o Governo que empossará no fim de Março tem uma robustez assente numa maioria absoluta, o que só pode indicar que o tão reivindicado aumento geral dos salá- rios terá lugar logo a seguir. Só não sabemos a seguir de quê...

Vivemos realmente num mundo cínico e hipócrita! E conti- nuam muitos de olhos vendados à conta das narrativas pré-de- terminadas que saltitam em perfeita sintonia e a um ritmo avas- salador pelos écrans de televisão.

STML reúne com a CML, na pessoa do seu Vice-Presidente

Por solicitação do STML, realizou-se a 14 de Março uma reunião com o Executivo da CML, representado pelo seu Vice-Presidente Filipe Anacoreta Correia. Também presentes, o Adjunto e o Assessor do Vereador Ângelo Pereira – responsável político pela Protecção Civil, RSB e Limpeza Urbana, entre outros serviços municipais –, para além dos responsáveis da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e da Direcção Municipal da Higiene Urbana (DMHU). Face à ordem de trabalhos enviada previamente pelo Sindicato para esclarecimentos e informação, destacamos o seguinte. Assim,

Actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade

Está em fase de conclusão o 'relatório' da DMRH/DSHS sobre os níveis de insalubridade e penosidade dos trabalhadores que auferem neste momento este suplemento. Até ao fim deste mês, enviarão o dito 'relatório' para pronunciamento do STML. Sobre esta matéria, o Sindicato lembrou a urgência na actualização para os valores mais altos, isto é, de 4,99€ ou 15% do vencimento conforme prevê a lei, acrescentando a impaciência perfeitamente compreensível dos trabalhadores que aguardam esta valorização há mais de um ano.

Pagamento às Ordens Profissionais

O STML lembrou os compromissos assumidos em 2019 com a CML/DMRH, que até hoje não teve o desfecho acordado e desejável. Os trabalhadores já tiveram que suportar o pagamento às Ordens para este ano, numa situação de todo injustificada. Desconhecendo o Vice-Presidente os contornos do acordo alcançado entre o Sindicato e o anterior Executivo através da DMRH, visando o pagamento às Ordens dos trabalhadores que de facto exercem a profissão em regime de exclusividade com a CML, foi assumido o compromisso de, uma vez mais, apurar o número de funcionários que se encontram nesta situação, avaliando posteriormente o impacto orçamental nas contas da autarquia. O STML reforçou a ideia de se tratar de um universo relativo, considerando perfeitamente exequível a CML suportar estes custos, permitindo, também por esta via, valorizar os seus quadros técnicos.

Teletrabalho

Retomando o processo negocial interrompido pela CML/DMRH em Dezembro de 2020, o STML recebeu finalmente a 8 de Março a proposta de '*minuta*' para celebrar e anexar aos CTFP dos trabalhadores que adoptem esta forma de organizar o trabalho. Na reunião com o Vice-Presidente, foram apontados as propostas de alteração que o STML considera importantes, tendo a CML, e a DMRH em particular, tomado boa nota destas sugestões, aceitando-as no essencial na versão final da referida '*minuta*'. Em suma, o regime misto será sempre a referência, podendo os trabalhadores reverter a situação de teletrabalho ao fim de dois meses. Por outro lado, as compensações previstas pelo aumento de despesa dos trabalhadores em teletrabalho (energia, telecomunicações, etc.), serão ressarcidas conforme dispõe a lei sobre esta matéria.

Horários de Trabalho no Município

Com a intenção da CML em regressar à normalidade em termos de horários de trabalho, reintroduzindo os horários conhecidos pré-pandemia, o STML sublinhou a importância em criar um período de readaptação que permita aos trabalhadores de forma equilibrada conciliar da melhor maneira as suas dinâmicas pessoais e familiares com as profissionais. Certo é, que a pandemia e todas as medidas excepcionais adoptadas pela autarquia (horários em espelho, desfasados, etc.), criaram naturalmente novas rotinas, pelo que agora não podem ser interrompidas abruptamente. Ideias bem aceites pelo Vice-Presidente.

Em termos mais específicos, para a realidade da Higiene Urbana, fomos informados que a DMHU enviará uma proposta para análise do STML. O Sindicato irá auscultar e avaliar com os trabalhadores a proposta, informando depois a CML/DMHU das conclusões alcançadas.

Atribuição do Passe Social de Transportes

O STML propôs para consideração do Executivo a possibilidade de ser atribuído o passe social aos trabalhadores da CML. Proposta alicerçada em dois argumentos, por um lado, o facto de a CARRIS ser responsabilidade directa da autarquia, por outro, a necessidade de valorizar os trabalhadores, na óptica da diminuição das suas despesas mensais. O Vice-Presidente afirmou ser pouco provável esta decisão, considerando o impacto orçamental que acarreta.

Grupo de Trabalho sobre Profissões de Desgaste Rápido

Considerando ter sido adiada a reunião prevista para Novembro último do grupo de trabalho conjunto entre o STML e a CML para a construção de uma proposta a enviar à Assembleia da República que contribua para a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido, ficou a DMRH de agendar para breve nova reunião, retomando assim os trabalhos suspensos pela mudança de Executivo face aos resultados eleitorais das últimas eleições autárquicas.

Folgas dos Trabalhadores da CML Transferidos para as Juntas de Freguesia em 2014

Perante uma realidade que aponta 1/3 das freguesias da cidade de Lisboa com este problema por resolver, o STML alertou para a importância da CML reenviar os elementos necessários às cerca de oito juntas de freguesia que ainda não permitiram aos trabalhadores em causa, o usufruto das folgas acumuladas ao serviço do município.

Mudança de Instalações

O Vice-Presidente assume a ideia, com a qual o STML converge, em diminuir os valores gastos anualmente em arrendamentos (mais de 2 milhões euros/ano), quando a CML é a maior proprietária da cidade. Esta decisão envolverá, inevitavelmente, a mudança física de serviços. Neste cenário, o Sindicato alertou para a importância em planear adequadamente estes proces-

sos, para além de envolver os trabalhadores, RdT's e o próprio STML, permitindo assim solucionar de forma ponderada e com a devida antecedência, eventuais problemas. Só por este caminho se respeita os direitos e as expectativas de quem trabalha, mas também a qualidade do serviço público municipal.

ACEP em Vigor:

Atribuição de 3 Dias de Férias via Avaliação (SIADAP)

Em Dezembro de 2019, o STML celebrou com a CML um novo ACEP que permite a atribuição de 3 dias de férias a todos os trabalhadores com avaliação positiva (pelo SIADAP) e sem faltas injustificadas no ano precedente. Contudo, do espírito da negociação e celebração deste importante instrumento de regulamentação colectiva, a verdade é que muitos serviços municipais têm limitado a atribuição anual dos 3 dias de férias aos seus trabalhadores, optando por atribuir 6 dias no segundo ano do ciclo avaliativo. Esta interpretação foi criticada pelo Sindicato na reunião com a CML, na expectativa que a DMRH emita orientações claras sobre esta matéria para todas as orgânicas no município. O gozo de férias é anual, não de dois em dois, anos. O ciclo avaliativo pode ser bienal, mas a atribuição de pontos via SIADAP é anual. Se for necessário proceder a qualquer reajuste, poder-se-á fazer *a posteriori*. São estes os argumentos do STML para a que a justiça prevaleça e se respeite o espírito que marcou a celebração do ACEP.

Concursos Externos de Contratação de Pessoal

O STML solicitou à DMRH informação sobre os vários concursos abertos nos últimos meses, *todos com reserva de recrutamento*. Sintetizamos, dentro do possível, essa informação.

Formação	Carreira	Ponto de Situação
Área Financeira	TS	21 Candidatos em prova
Arquivo	TS	16 Candidatos em prova (termina dentro de mês e meio)
Biblioteca e Documentação	TS	Processo concluído
Ciências da Comunicação	TS	22 Candidatos em prova
Direito	TS	Processo concluído. 17 Admitidos com a possibilidade de mais 4
Ed. Física e Desporto	TS	Processo atrasado
Engenharia Civil	TS	31 Candidatos em prova
Geografia	TS	Prova de conhecimento a 31 de Março
História	TS	Entrevistas agendadas
Medicina Veterinária	TS	Concluído. Processo em curso para alargar n.º de vagas
Administrativo	AT	Concluído. Celebrados até agora 15 CTFP. Vão ser alargadas vagas
Biblioteca e Documentação	AT	7 Candidatos em prova
Cantoneiro/a	AO	308 Candidatos em prova. Seguem-se exames médicos
CMPVE	AO	66 Candidatos em prova
Coveiro/a	AO	25 Candidatos em prova. Lista de classificação final concluída
Educação	AO	1600 Candidatos
Bombeiro/a	—	109 Candidatos

Concursos Internos de Promoção

A CML/DMRH informou ainda, que mantém a ideia em abrir brevemente concursos de promoção para encarregados operacionais das áreas das oficinas do DRMM (mecânico), serviços de higiene urbana, cemitérios, eletricitistas, jardineiros, obras. O mesmo irá suceder no RSB, para Subchefe de 2.ª, Subchefe de 1.ª e Subchefe Principal.

Mobilidades Intercarreiras

Fomos igualmente informados que em breve serão abertos procedimentos para a mobilidade intercarreiras nas seguintes áreas/carreira:

Animação Sociocultural	TS
Área Financeira	TS
Artes e Cultura	TS
Educação Física e Desporto	TS
Psicologia	TS
Administração Pública	TS
Ciências da Comunicação	TS
Direito	TS
Geografia	TS
Intervenção Social	TS
Saúde e Segurança no Trabalho	TS
Administrativo	AT
Técnico Informático Grau 1, Nível 1	—

Alteração Posição Remuneratória

Considerando os trabalhadores que, atingindo pelo menos dez pontos no biénio 2019/2020, deveriam progredir com a alteração da respectiva posição remuneratória em Janeiro de 2021, a DMRH afirmou estar ainda a tratar deste universo estimado em pouco mais de 4 mil funcionários. Contudo, o STML lembrou que os trabalhadores nestas circunstâncias deveriam ter a sua situação há muito regularizada. Não se colocando em causa o pagamento de retroactivos, há porém o possível aumento de escalão de IRS quando os montantes em dívida são pagos na totalidade no mesmo ano.

Por último, sobre questões específicas dos Sapadores Bombeiros, Higiene Urbana e Casa dos Animais (face ao abaixo-assinado entregue ao Presidente da CML em Janeiro último), o Adjunto do Vereador Ângelo Pereira ficou de agendar para breve reuniões descentralizadas sobre cada uma destas áreas sectoriais.

O STML continuará a acompanhar a realidade dos trabalhadores da CML, pautando por uma intervenção responsável e coerente, sempre na defesa dos seus direitos e expectativas.

CAMPOLIDE

Tem decorrido a bom ritmo a renegociação para a celebração de um novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) com o Executivo desta Junta de Freguesia. Após duas reuniões onde se apresentou e debateu a proposta do STML, além da contra-proposta da Junta de Freguesia, estamos convictos que estará para breve a celebração de um novo ACEP. Neste sentido, ao que tudo indica será possível alcançar mais direitos para os trabalhadores, como a recuperação de mais três dias de férias, através de avaliação positiva (pelo SIADAP).

ALVALADE

A 26 de Janeiro, o STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia, representado pelo seu Presidente José Lopes, além do vogal responsável pelos Recursos Humanos. Vários temas foram abordados, como o Teletrabalho, que a Junta irá manter em regime misto, ou seja, conjugando com o trabalho presencial. Em relação às folgas acumuladas dos trabalhadores que vieram da CML em 2014, o Executivo irá avaliar junto dos serviços sobre a listagem enviada nessa altura pelo município. O STML propôs que a Junta continue a assegurar a lavagem dos fardamentos, assunto posteriormente solucionado através da aquisição de uma máquina de lavar. Sobre a prestação de trabalho extraordinário aos sábados e domingos, há muito que os trabalhadores vinham reivindicando a alteração para um horário seguido, ou seja, das 7h00 às 13h00. Depois de apresentada esta proposta pelo Sindicato, o Executivo acabou por aceitá-la dias depois, numa decisão que saudamos.

ARROIOS

A 10 de Fevereiro, o STML reuniu com a Presidente do Executivo da Junta de Arroios, Madalena Natividade. Também presentes os vogais da Higiene Urbana e do Espaço Público. Sobre a existência de trabalhadores com contratos de prestação de serviços, a Presidente afirmou que está a ser efectuado um levantamento com o objectivo da sua regularização ao longo do corrente ano. Por outro lado, está prevista a construção de um novo Posto de Limpeza que substituirá o actual localizado no Largo do Mastro. Apesar de estarmos perante um decisão com a qual concordamos, enquanto se desconhece os prazos para a execução e finalização desta nova instalação, o STML sublinhou a urgência de intervir no melhoramento do actual Posto de Limpeza, com problemas em várias dimensões. Por último, indo ao encontro da pretensão dos trabalhadores-cantoneiros, o STML propôs que a hora de almoço passasse a ter a duração de uma hora, permitindo a saída dos trabalhadores meia hora mais cedo. Após a formalização desta proposta, a Junta deliberou posteriormente a sua aplicação.

BENFICA

A 11 de Fevereiro o STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia de Benfca, representado pelo seu Presidente Ricardo Marques. Também presentes os Vogais dos Recursos Humanos e dos Serviços Urbanos, para além da Chefe de Divisão dos Recursos Humanos. Debateu-se a celebração de um Novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), assumindo a Junta a sua assinatura durante o 1.º semestre deste ano. Por outro lado, face ao elevado número de trabalhadores com vínculos precários, nomeadamente na higiene urbana – 12 CPS e 10 pelo Protocolo *O Companheiro* –, mas também nos espaços verdes, educação, cultura ou desporto, o Executivo referiu a existência de alguns concursos (para 26 vagas no total), que no essencial não resolvem o mar de precaridade que afecta esta freguesia. Independentemente do sector de actividade, o Sindicato não deixará de insistir para que todos os trabalhadores com vínculos precários sejam integrados no mapa de pessoal da Junta de Freguesia. A um posto de trabalho de carácter permanente, deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo. A 21 de Fevereiro, os trabalhadores-cantoneiros regressaram finalmente ao Posto de Limpeza Silva Porto, inactivo durante longos meses pelas obras que aí se iniciaram. Em termos de EPI's, a Junta lançou uma 'consulta de mercado' propositando a aquisição de novos equipamentos durante este ano.

SANTA MARIA MAIOR

A 18 de Fevereiro, foi a vez de reunir com o Executivo de Santa Maria Maior, representado pelo seu Presidente Miguel Coelho. Sobre a abertura de concursos de ingresso para resolver situações de precariedade, além do reforço de pessoal, o Executivo faz depender o preenchimento das vagas na higiene urbana da renovação dos contratos de delegação de competências por parte da CML. Uma posição com a qual o STML discorda totalmente. Num outro tópico, foi transmitido ao Sindicato que o Posto da Costa do Castelo encerrou, passando os trabalhadores para o Posto do Castelo, decisão com a qual concordamos. O STML voltou a questionar sobre as razões que justificam o atraso na actualização do suplemento de insalubridade e penosidade, assim como o pagamento dos suplementos de carácter permanente durante o período de férias. Sobre estes dois temas, o Presidente comprometeu-se a apresentar uma solução a breve prazo.



SÃO DOMINGOS DE BENFICA

A 21 de Fevereiro, o STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica representado pelo seu Presidente José da Câmara. Abordaram-se vários assuntos, destacando a urgência pela regularização laboral dos trabalhadores com vínculo precário. Se a Junta de Freguesia reunir as condições financeiras necessárias, afirmou o Presidente que ainda durante este ano de 2022 poderá abrir concursos. O Sindicato recordou ainda, como segundo objectivo na abertura de concursos, o reforço de pessoal principalmente no sector da higiene urbana face à actual carência de cantoneiros, aconselhando ainda a Junta a assumir a reserva de recrutamento nos referidos concursos. Face aos atrasos denunciados pelos trabalhadores, o STML questionou o processo de avaliação de desempenho pelo SIADAP, principalmente nas matérias que se relacionam com a atribuição de pontuação, progressão na carreira e majoração das férias via ACEP, matérias que deverão estar solucionadas a breve prazo. Por último, lembrou-se novamente a importância em renegociar o ACEP, objectivando alcançar e garantir mais e melhores direitos para os trabalhadores desta freguesia.

ESTRELA

Há muito que o STML tem solicitado recorrentemente reuniões ao Executivo da Junta da Freguesia da Estrela na expectativa de debater e encontrar soluções aos vários problemas que afectam os trabalhadores, principalmente das áreas operacionais da higiene e limpeza urbana. Até agora, o Executivo presidido por Luís Newton mostrou-se indisponível nesse sentido. O STML é parte essencial num processo que se quer democrático, dialogante e produtivo na melhoria das condições de vida de quem trabalha, sinónimo de melhores serviços públicos perante a população da freguesia da Estrela. Desvalorizar os interesses, direitos e anseios dos trabalhadores-cantoneiros, secundarizar o papel do seu Sindicato, é também virar costas aos habitantes da freguesia. O STML continuará a insistir com o Executivo da Estrela para o agendamento de uma reunião de trabalho, aguardando por respostas sérias, responsáveis e consequentes aos assuntos que merecem atenção e resolução.

Falamos por exemplo da mudança a curto-médio prazo das instalações dos cantoneiros, sem os ouvir ou considerar neste processo, desconhecendo-se se o futuro espaço respeita ou não as disposições legais em termos de saúde, higiene e segurança no trabalho. **Falamos** da urgência pela abertura de um processo negocial visando a celebração de um Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) propositando obter mais e melhores direitos para todos os trabalhadores da Freguesia da Estrela, nomeadamente a atribuição de 3 dias de férias com avaliação positiva (SIADAP), à semelhança do já alcançado pelos trabalhadores da maioria das freguesias da cidade de Lisboa. **Falamos** da abertura de concursos públicos de admissão de pessoal visando, não só o indispensável reforço do número de trabalhadores, mas também a regularização do vínculo laboral dos prestadores de serviços (recibos-verdes) que ocupam efectivamente postos de trabalho de carácter permanente. **Falamos** da necessidade de aquisição e distribuição de equipamentos de protecção individual (EPI) de qualidade e em quantidade suficientes que de facto protejam os trabalhadores-cantoneiros nas suas funções diárias. **Falamos** igualmente da necessidade de por termo à prática dos “castigos” que apenas servem para ofender a dignidade de quem trabalha, numa postura de ‘quem manda’ totalmente inaceitável num Estado de Direito Democrático que caracteriza a nossa sociedade.

SANTA CLARA

Durante os primeiros meses deste ano, o STML tem debatido com os trabalhadores desta freguesia o seu Caderno Reivindicativo. O objectivo passará naturalmente por agendar depois uma acção à porta da sede da Junta onde o mesmo será entregue à respectiva Presidente do Executivo. Dos assuntos identificados aos quais se exigem respostas, destacam-se por exemplo a urgência em adquirir fardamentos e equipamentos de protecção individual de qualidade e em quantidade suficiente para os trabalhadores de várias áreas de actividade. Também a importância em criar condições para permitir a formação profissional. Urge por outro lado, melhorar as condições de trabalho no Posto de Limpeza da Charneca, mas também nas instalações na Azinhaga de Santa Susana. Na Piscina da Ameixoeira, torna-se essencial realizar uma avaliação de risco, de forma a defender e garantir a saúde dos respectivos trabalhadores. Muitas outras matérias constam no Caderno Reivindicativo. Serão os trabalhadores desta Freguesia os decisores sobre a versão final que em tempo oportuno será entregue aos responsáveis políticos da Junta.

FOLGAS ACUMULADAS DOS TRABALHADORES DAS JUNTAS PROVENIENTES DA CML EM 2014

Na reunião com o Vice-presidente da CML de 14 de Março, o STML lembrou a importância em solucionar este problema que se arrasta incompreensivelmente em, pelo menos, oito freguesias da cidade. Os responsáveis da autarquia ficaram de avaliar esta questão, reenviando se possível as respectivas informações para os Executivos das Juntas de Freguesia em causa.



Contando sempre com a força e o empenho dos trabalhadores do Sector Empresarial Municipal, temos percorrido em conjunto um longo caminho. Uma caminhada que tem encontrado pela frente vários constrangimentos, como os relacionados, nos últimos dois anos, com a pandemia de covid-19. Tais obstáculos, no entanto, apenas atrasaram e complicaram as negociações. Apesar de nos tempos mais recentes as expectativas dos trabalhadores municipais terem sido largamente defraudadas pelas administrações, podemos dizer que, mesmo assim, todo o caminho feito não fez diminuir a determinação, quer do STML quer dos trabalhadores, em concretizar os nossos objectivos comuns: aumentos salariais justos e implementação de acordos de empresa em todo o sector.



Gebalis



EGEAC

GEBALIS

Em 2021, os sindicatos convocaram um Plenário Geral de Trabalhadores na GEBALIS. Na altura, apesar de algumas críticas à proposta da administração que se encontrava em funções, concordou-se com um aumento salarial de 10 euros para todos os níveis. Contudo, ele não foi cumprido. No passado mês de Janeiro, o STML e o STAL reuniram-se com o novo conselho de administração (CA) para dar continuidade às negociações dos aumentos salariais de 2021 e iniciar o processo relativo a 2022.

Fomos informados que apenas haveria aumentos este ano de 1% sobre o vencimento bruto, com um mínimo de 10 euros, para todos os trabalhadores e que seriam anulados os níveis que na tabela salarial estão abaixo do Salário Mínimo Nacional em vigor. Isto é, o CA da Gebalis fez de conta que 2021 não existiu.

Ambos os sindicatos fizeram saber que não aceitavam esta decisão, pois ela foi tomada de forma unilateral, desrespeitando os princípios que sempre estiveram presentes em todo o processo negocial e que emanam do próprio Acordo de Empresa. Foi posto em causa, entre outros aspectos, o diálogo transparente entre as três partes envolvidas: trabalhadores, seus representantes e administração. Fazer de conta que 2021 nunca existiu defrauda as legítimas expectativas dos trabalhadores. Os compromissos assumidos anteriormente em nome da Gebalis não podem ser, pura e simplesmente, ignorados por quem chega.

O novo CA sugeriu, entretanto, nova reunião talvez para o mês de Abril. O próximo passo será a marcação de um Plenário de Trabalhadores para debater os aumentos salariais de 2021 e 2022. Uma vez tida esta discussão, vamos transmitir aos responsáveis da Gebalis a decisão dos trabalhadores.

EGEAC

Na EGEAC são também apresentados os mesmos argumentos quando se discutem os aumentos salariais anuais dos trabalhadores. As razões recorrentes passam pelas dificuldades financeiras motivadas, neste último par de anos, pela pandemia, com a quebra do turismo e consequente perda de receitas. Os gestores desta empresa esquecem-se muito rapidamente que, durante todo o período de pandemia, foram efectivamente os trabalhadores que mantiveram a EGEAC a funcionar. Não só às custas de ainda maior esforço profissional, mas igualmente com sacrifício pessoal e familiar.

As respostas apresentadas pela actual administração para os aumentos dos vencimentos não correspondem às reivindicações dos trabalhadores. O CA assumiu decisões que ignoram o impacto positivo que a transferência de verbas da tutela (CML) tem na EGEAC, cobrindo na sua totalidade as perdas de 2020 e 2021.

Para os trabalhadores, o CA deixa apenas decisões tardias, unilaterais, injustas e incompreensíveis. O processo negocial de 2021 foi terminado sem a concordância do Sindicato e dos trabalhadores.

Quanto aos aumentos para 2022, e face a possíveis alterações na composição do CA da EGEAC, vamos debater primeiro com os trabalhadores as propostas para este ano.



SRU

António Lamas é, desde o passado mês de Março, o novo presidente do conselho de administração da empresa municipal Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), sucedendo, assim, a Inês Ucha, que deixou o cargo no final de Novembro de 2021. A nova administração conta ainda com Gonçalo Costa como vogal. A vereadora da Habitação e das Obras Municipais, Filipa Roseta, ocupa o lugar de administradora não executiva.

Recorde-se que, muito antes desta dança de cadeiras, a primeira proposta de Acordo de Empresa (AE) da SRU, debatida e aprovada pelos seus trabalhadores, já tinha sido enviada pelo STML ao CA em Dezembro de 2020. Contudo, as sucessivas mudanças na composição do CA têm ajudado a atrasar todo o processo. Da nossa parte, vamos continuar a insistir para que se iniciem as negociações deste importante instrumento de contratação colectiva.

O STML irá manter a sua determinação em celebrar a assinatura deste documento que serve, antes de mais nada, para defender os interesses, os direitos e as expectativas dos trabalhadores. Mas o AE é também o caminho certo para garantir uma SRU mais eficaz e produtiva, bem como mais capaz de alcançar, no âmbito da sua missão e intervenção, os objectivos estabelecidos pela tutela.

Lembramos que a SRU tem 103 trabalhadores, dos quais 45% têm contrato de trabalho sem termo, 24% têm contrato de trabalho a termo e 30% transitaram da CML com Acordo de Cedência de Interesse Público.

MARL

O STML pediu, em Fevereiro deste ano, ao CA do MARL, o agendamento de uma reunião para dar continuidade ao processo negocial em torno do respectivo Acordo de Empresa. Em resposta, dada já neste mês de Março, o CA do MARL fez saber que, apesar de estar a trabalhar na análise do documento entregue pelo Sindicato, a negociação do AE terá de aguardar agora pela tomada de posse do novo Governo.

De acordo com a mesma fonte, a Administração pretende reunir-se com as tutelas das Finanças e da Economia para harmonizar a estratégia a seguir, tanto para o MARL, como para as restantes empresas do Grupo SIMAB – lembramos que esta é a empresa do Sector Empresarial do Estado que gere todos os mercados abastecedores do País.

O STML tem plena consciência de que, até à sua concretização, este será um processo negocial difícil e longo. É por isso que estamos com os trabalhadores na sua determinação em conquistar o AE do MARL e que reforçamos a nossa vontade de colocar ao seu dispor tão importante instrumento de regulação colectiva.

Uma vez implementado, o Acordo de Empresa poderá ter um enorme impacto positivo. Paralelamente, não deixaremos de continuar a debater com os trabalhadores todas as matérias que os constroem ou prejudicam, agindo em conformidade.



COMISSÃO DE REFORMADOS DO STML

Dada a evolução positiva da situação sanitária no nosso país e considerando haver já condições para o recomeço da actividade da Comissão de Reformados, retomámos, no passado dia 16 de Fevereiro as nossas reuniões que, conforme é sabido, se realizam, desde há muitos anos, na terceira quarta-feira de cada mês (exceptuando Agosto) na sede do nosso sindicato, pelas 14h30.

Apelamos à presença de todos quantos, já devidamente protegidos com a vacinação, sintam segurança e vontade de retomar o convívio e a participação, com as cautelas necessárias. Como sabem, dispomos de uma sala de reuniões ampla e arejada, e iremos respeitar, como sempre, o distanciamento recomendado e o uso da máscara.

Nestes encontros temos contado com a presença de um dirigente sindical, o que nos mantém informados sobre os desenvolvimentos da luta sindical, seja no âmbito do Município, seja no plano mais vasto da realidade nacional. Para além das questões da luta pela valorização das pensões de reforma e a defesa das Funções Sociais do Estado, como a Saúde e a Segurança Social, as reuniões constituem também um tempo de saudável convívio e abordagem de outros temas que a todos interessam.

Para os novos reformados, vão os nossos votos de felicidades nesta fase das suas vidas, esperando que queiram juntar-se a nós nesta reunião/convívio mensal e em actividades lúdicas que queremos retomar.



**A reforma não é o fim de uma vida.
Outros caminhos se vão abrir.
Não queremos esquecer os amigos que o trabalho e as lutas uniram.
Temos muitas memórias para partilhar.**

A Comissão de Reformados do STML apela a todos os sócios já aposentados e aos que estão próximos de se aposentarem, para que se mantenham ligados ao nosso Sindicato.

Com uma quota mensal simbólica, beneficiamos de todos os direitos estatutários e participamos nas actividades da Comissão de Reformados:

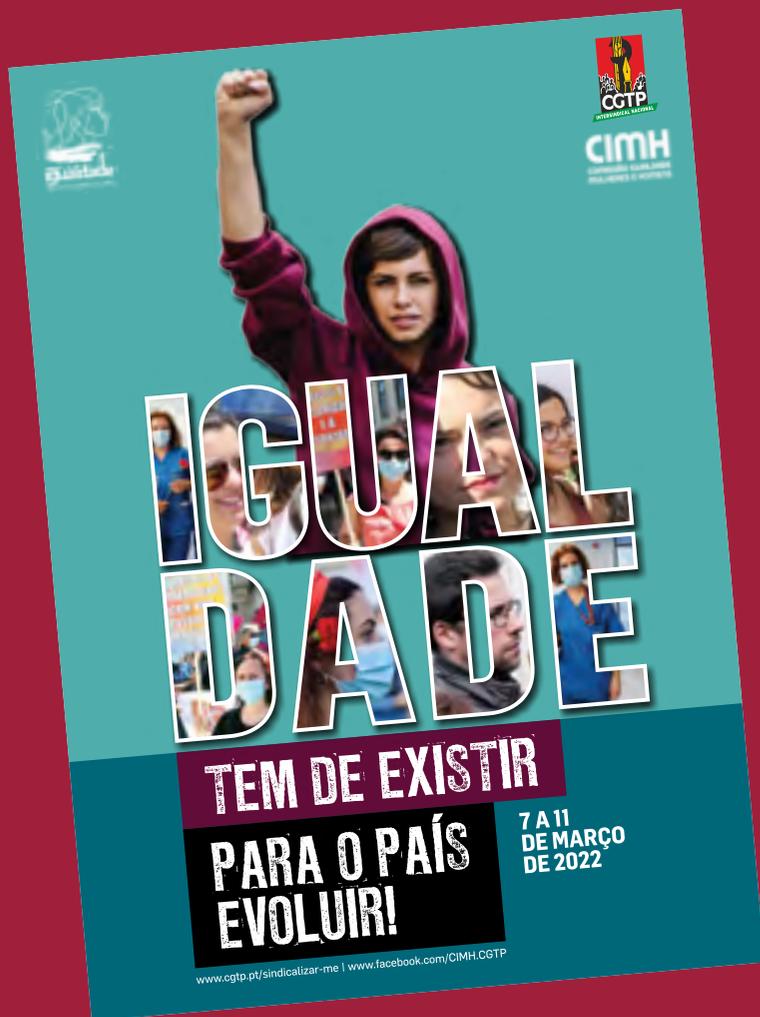
- Actividades lúdico-culturais;
- Acções reivindicativas e de protesto, na defesa dos direitos dos reformados e das funções sociais do Estado;
- Reaproximação de companheiros de trabalho, reforçando laços sociais de partilha e solidariedade;
- Articulação com a Inter-Reformados da CGTP.

AS NOVAS AMEAÇAS

A recente escalada na guerra que desde 2014 assola a Ucrânia, e que noutra local deste boletim é objecto de análise, não nos deixa indiferentes. Todas as guerras de agressão a que temos assistido durante a nossa já longa existência, do Vietname ao Iraque, da Jugoslávia à Líbia e ao Afeganistão, da Palestina ao Iémen, sem esquecer a guerra colonial onde muitos de nós foram forçados a participar, suscitam-nos profunda angústia e repulsa. Porque bem sabemos que as maiores vítimas são sempre os povos e os trabalhadores. As classes detentoras do grande capital, cujos interesses competitivos desencadeiam os conflitos, saem sempre vencedoras. Dos brutais aumentos do custo dos combustíveis, por exemplo, não vão resultar perdas para as pretrolíferas, mas antes uma subida generalizada dos preços de bens de primeira necessidade.

Por outro lado, os resultados das recentes eleições para a Assembleia da República, não se traduziram num reforço da defesa de quem trabalha e trabalhou. Pelo contrário, a existência de um governo de maioria absoluta e o crescimento da influência da extrema-direita, colocam-nos, de novo como potencial alvo de novas medidas “austeritárias”.

Assim, o nosso caminho terá de aliar a intransigente defesa da paz, à luta pelos nossos direitos.



8 de Março Dia Internacional da Mulher Trabalhadora

A 8 de Março de 1857 um grupo de trabalhadoras da indústria têxtil organizou uma marcha em Nova Iorque para exigir melhores condições de trabalho, a redução da jornada diária de trabalho e direitos iguais face aos homens. Em 1910, Clara Zetkin (revolucionária alemã), propõe na Conferência Internacional realizada em Copenhaga, que este dia fosse definido como o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. A partir desse momento, todos os anos, este dia marca a justa homenagem às mulheres que lutaram pelos seus direitos, mas também relembra o longo caminho ainda a trilhar no sentido de alcançar efectivamente o direito à igualdade, no trabalho e na vida.

Em Portugal, as mulheres vêem reconhecidos direitos e liberdades numa Constituição da República só possível após a Revolução de Abril. Mas ainda hoje a Constituição não é cumprida e a mulher continua a ser a maior vítima da violência, do assédio, da precariedade, dos baixos salários, da desvalorização profissional, da desconciliação entre a vida profissional e a vida pessoal. A mulher dá assistência aos filhos, à família, aos idosos, multiplicando, triplicando a jornada de trabalho como tão bem evidenciou esta situação pandémica, e é penalizada pelos entraves à progressão na carreira ou no acesso a cargos de chefia.

Integrada na Semana da Igualdade da CGTP-IN sob o lema “A Igualdade tem que existir para o País evoluir”, o STML comemorou o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora com uma iniciativa no Cinema São Jorge, em Lisboa. Da parte da tarde, a estrutura sindical do STML participou na marcha pela igualdade que rumou do Largo do Camões para a Assembleia da República. Por último, no dia 12 de Março, estivemos na rua, dando corpo e voz à manifestação nacional de mulheres convocada pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Em todos estes momentos, foi, é e será sempre determinante o envolvimento e a responsabilização de todas as mulheres trabalhadores do município de Lisboa na luta pela resolução dos seus próprios problemas, os problemas de todas!

31 de Março Manifestação da Juventude Trabalhadora!

A política de baixos salários não permite aos jovens trabalhadores terem uma vida digna. Trabalhar com horários desregulados, contratos a prazo, sujeitos à exploração e ao assédio não permite fazer planos para o futuro. São precisas soluções para os problemas da juventude trabalhadora – os jovens precisam de estabilidade na vida.

Na realidade do município de Lisboa, principalmente o que concerne às juntas de freguesia, o aumento inusitado do número de trabalhadores com vínculos precários, a imensa maioria jovens, que de facto ocupam postos de trabalho de carácter permanente, deve-nos merecer uma forte intervenção e denúncia, exigindo em todas as dimensões possíveis, a abertura de concursos visando a sua integração no mapa de pessoal. A um posto de trabalho de carácter permanente, deve corresponder um vínculo efectivo de trabalho!

Neste sentido, a 31 de Março a Interjovem promove a Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora, sob o lema Produzimos a riqueza; Queremos o que é nosso; Exigimos soluções.

O STML colocou para 31 de Março, um pré-Aviso de greve das 13h00 às 21h00 para todos os trabalhadores do município de Lisboa – câmara municipal, juntas de freguesia e empresas municipais – até aos 35 anos de idade, inclusive. O objectivo passa por criar condições à participação do maior número de jovens trabalhadores nesta jornada de luta nacional, descentralizada por Lisboa e Porto. Não podemos cair nas teias das inevitabilidades! É preciso agir, é preciso lutar por uma vida e um futuro dignos!

O ponto de concentração no dia 31 de Março será no Campo das Cebolas (junto à Fundação José Saramago), de onde rumaremos até à Assembleia da República.

Abril, mês de comemoração e luta!

25 de Abril de 1974 – Revolução

Em 2022, celebramos os 48 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974! Uma revolução que pôs termo a igual período de fascismo, abrindo portas à democracia e à liberdade para o povo português.

Das maiores conquistas do período revolucionário, a Constituição da República Portuguesa (CRP), ainda hoje uma das mais evoluídas e progressistas do mundo. Contudo, **dos direitos, liberdades e garantias expressos na CRP**, à realidade que marca o dia-a-dia dos trabalhadores portugueses, no ativo ou já aposentados e reformados, muito há ainda por lutar e alcançar! Não podemos ignorar que é a partir do 25 de novembro de 1975 que se iniciou o “processo contrarrevolucionário” que procurou diminuir e reverter muitas das conquistas da *Revolução dos Cravos*, além de iniciar e aprofundar o caminho que infelizmente marca o tempo atual.

Da política de baixos salários, à precariedade, ao desinvestimento nas funções sociais do Estado, à degradação dos serviços públicos, à pobreza de milhares de portugueses que vivem com reformas de miséria, aos compadrios entre o poder económico-financeiro e os partidos políticos que se revezaram no Governo do país – PS/PSD/CDS – degradando a capacidade produtiva e económica nacional, aumentando a dependência externa e a subserviência a poderes supraestatais como a UE, mas também a NATO ou os EUA, muitos são os atropelos claros à CRP e, principalmente, à vida da imensa maioria dos trabalhadores e do povo português.

Defender Abril e suas conquistas revela uma importância crescente num tempo em que emergem organizações ou partidos, sucedâneos dos partidos ditos tradicionais, nomeadamente do PSD e CDS-PP, que defendem projetos, valores e ideias amarrados a um passado obscuro, criminoso e fascista personalizado nas figuras de Salazar e Caetano.

A estigmatização das minorias, o racismo e a xenofobia ou a ditadura do mercado, apresentada como solução para todos os males nacionais, são pedras de toque para estas novas forma-

ções políticas. Neste campo, reduzir drasticamente o número de trabalhadores da função pública é um objetivo expresso, porque o melhor Estado, é o Estado mínimo. Naturalmente, defendem em simultâneo o financiamento público do setor privado, concretamente a banca, se possível sempre nos seus limites máximos. Acresce nesta retórica, a defesa da liberdade máxima, isto é, liberdade para ser despedido quando o patrão assim o entender; liberdade para receber um salário de miséria se o mercado assim o determinar; liberdade para suportar do seu próprio bolso as despesas com saúde em caso de acidente de trabalho ou baixa; liberdade para morrer à porta de um hospital se o conteúdo da carteira for exíguo; liberdade, em suma, para viver com os direitos que o mercado lhe conceder, ou seja, nenhuns! Já no campo da liberdade de associação, especificamente no campo sindical, tudo o que possa contribuir para a organização coletiva dos trabalhadores é diabolizado, porque, dizem, “somos livres de escolher o que bem entendermos”, mas sempre ao sabor do vento que o grande poder económico determina. Ideias como estas, radicadas no liberalismo selvagem do século XIX, são apresentadas como inovadoras e modernas, até revolucionárias no século XXI. **De maneira alguma assim é.**

Também a Revolução de Abril foi contra o poder dos grandes grupos económicos e latifundiários, sempre de braço dado às figuras da ditadura. Foi nesta cumplicidade que espezinharam os trabalhadores durante décadas, os lançaram na guerra que originou milhares de mortos e estropiados, que alimentou a miséria, a fome, para não falar da perseguição, prisão, tortura e morte de todos aqueles que pensavam de forma diferente ou de muitos mais que firmemente os combateram.

Falar da revolução de Abril é enaltecer a Democracia e a Liberdade, sabendo que sem uma dimensão, a outra não é possível. No dia 25 de Abril, estaremos a partir das 15h00 no Marquês de Pombal, para fazer transbordar a Avenida da Liberdade, gritando bem alto: **25 de Abril SEMPRE! Fascismo nunca mais!**

de Abril

6 de Abril de 1977 45º Aniversário do STML

Indissociável da Revolução do 25 de Abril, a fundação do STML. Só depois de alcançada a liberdade de associação sindical, pelos e para os trabalhadores, foi possível criar em 1977 o “sindicato da Câmara”, como muitos o apelidavam então. Por iniciativa dos próprios trabalhadores da maior autarquia do país, também em Abril, no dia 6 concretamente, é fundado a estrutura sindical que ainda hoje é a mais representativa do município de Lisboa. Passados 45 anos desde a sua criação, o STML já não intervém apenas na CML, alargando o seu âmbito às empresas municipais, EGEAC, GEBALIS e SRU, numa realidade empresarial municipal à qual se associa ainda o MARL. Desde 2014, o Sindicato marca também presença nas 24 juntas de freguesia da cidade, acompanhando, representando e organizando os trabalhadores para a defesa dos seus direitos, interesses e expectativas.

O desafio presente que se nos coloca é aprofundar a ideia que afirma serem os trabalhadores os principais responsáveis pelo Sindicato que têm, dando-lhe força e confiança! Unidos como os dedos de uma mão, lutemos para elevar as condições de trabalho e de vida, nomeadamente dos que fazem avançar a cidade de Lisboa.

A todos parabéns pelo 45º aniversário do STML, sindicato de Abril!

Todos ao 1º de Maio, no dia Internacional do Trabalhador

Não refeitos das consequências de uma pandemia que ainda persiste, são os trabalhadores e suas famílias confrontados com mais uma incerteza decorrente de uma Guerra sem sentido em que egoísmos e atitudes Imperialistas, mais não fazem que agravar as consequências económicas e sociais que a ditadura da economia só por si, já é causadora.

São aqueles e suas famílias que vivem do seu parco salário, que serão confrontados uma vez mais com o pagamento de uma crise que não provocaram e cujos contornos já são claramente visíveis; são o aumento dos combustíveis e de todos os bens essenciais, o aumento da energia e dos meios de produção, o aumento do desemprego por fecho de unidades de produção ou falta de matérias-primas e o seu custo.

Em boa verdade, não é apenas de agora que esse “ataque” se faz sentir. Na realidade ao longo dos anos, a exploração de quem trabalha tem engordado e favorecido o Capitalismo Selvagem em Portugal e em todo o Mundo, com a protecção mais ou menos visível dos Estados e das políticas que os mesmos advogam e implementam.

Em Portugal, há muito que os Sindicatos da CGTP-IN vêm alertando para esses problemas; sejam eles os baixos salários, o horário de trabalho, a precariedade, o desinvestimento nos Serviços Públicos, a falta de contratação colectiva, ou a excessiva dependência de terceiros não apoiando o investimento na produção nacional.

Por outro lado constata-se que parte do sector empresarial que viu baixar o seu rendimento por causa da pandemia, preparar-se para uma nova investida de retirada de direitos aos trabalhadores e proporcionarem aumentos desmesurados dos bens e serviços que produzem no sentido de recuperarem esse capital, com a desculpa da Guerra em curso e tudo o que a mesma acarreta.

Urge por isso que todos os trabalhadores estejam atentos às manobras sem escrúpulos por parte daqueles que, reiteradamente, tudo fazem para ver os seus lucros aumentar.

Cabe ao Governo tomar medidas que assegure a todos, uma repartição equitativa dos sacrifícios e da distribuição da riqueza, com políticas de respeito dos direitos de quem trabalha e suas famílias, sabendo dar o exemplo na Função Pública, que tão mal tratada tem sido, apesar do grande espírito de resiliência evidenciado em toda a pandemia que ainda vivemos.

“**Lutar e Conquistar para o País Avançar**” é pois um bom lema para o **1º de Maio** que se avizinha, e em que a participação de todos nós que trabalhamos, sector Público ou Privado, é imprescindível existir! Na defesa de emprego com direitos, por melhores salários e mais dignos, por uma contratação colectiva efectiva e duradoura que assegure a estabilidade, pelo fim da precariedade, pela melhoria dos Serviços Públicos e de maior qualidade, por horários que possibilitem o apoio e acompanhamento familiar e em especial, no momento que vivemos, encontrem-se onde se encontrarem, em solidariedade com todos os trabalhadores e cidadãos, que perderam e perdem as suas famílias, o seu posto de trabalho, a sua casa, e vivem a incerteza do dia seguinte!

Todos ao 1º de Maio, pelo trabalho com direitos! Por melhores salários! Pela Paz e Não à Guerra!

Pela Paz, exige-se a adopção de processos de diálogo com vista a uma solução pacífica do conflito

A CGTP-IN manifesta a sua preocupação com a situação na Ucrânia, com o agravamento da escalada militar na região e o envolvimento de operações militares da Rússia. A guerra, que condenamos, não é solução para qualquer problema e a situação que se vive na região preocupa naturalmente todos os que defendem a paz e que desde sempre se mobilizaram em sua defesa e da resolução pacífica dos conflitos.

A escalada da guerra não pode ser desligada de uma dinâmica mais geral, que se vem intensificando ao longo do tempo, em que a NATO, os EUA e os seus aliados têm assumido um papel central no acumular de tensões militares e na intervenção, bombardeamento e destruição de diversos países do globo, em particular no bombardeamento da Jugoslávia, na intervenção no Iraque (com o argumento hoje já provado falso da presença de armas de destruição em massa), na Síria ou na Líbia.

Assim, recusando visões maniqueístas e tendo presente a natureza do actual governo russo e o seu papel na defesa dos interesses dos grandes grupos económicos no país, a CGTP-IN reforça que os últimos desenvolvimentos são inseparáveis dum processo para o qual contribuiu de forma particular a intervenção directa dos EUA, da NATO e dos seus aliados, nomeadamente com o golpe de estado na Ucrânia em 2014, protagonizado por forças fascistas que, entre muitos e graves crimes, foram responsáveis por incendiar uma sede dos sindicatos ucranianos e provocar a morte de mais de 40 sindicalistas.

Esta condenável guerra, insere-se num processo que não se desliga de uma permanente aproximação das fronteiras russas por parte da NATO e do romper de acordos que desde os anos noventa existiam e que Rússia vê como ameaça à sua segurança. Tal como não se desligam das profundas divisões internas na Ucrânia e das permanentes violações de cessar-fogo acordado em Minsk que, desde 2015, o governo ucraniano vem promovendo na região do Donbass.

A solução pacífica do conflito exige uma correcta compreensão do mesmo. A CGTP-IN apela ao Governo que desenvolva uma acção que pugne pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa que consagra “a solução pacífica dos conflitos internacionais” e “o desarmamento geral, simultâneo e controlado”.

Impõe-se assim que Portugal não se insira numa crescente escalada bélica, nomeadamente com o envio de efectivos militares, e contribua, assente nos princípios da Carta das Nações Unidas, para promover a paz e a segurança na Europa, para o desanuviamento da situação, com vista à solução pacífica do conflito.

A CGTP-IN afirma o seu compromisso de sempre em defesa da Paz, afirmando a preocupação sobre a situação dos trabalhadores e do povo, os primeiros e principais afectados pela guerra e a destruição.